

CONTABILIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA ECONG

Tarcisio Rocha Athayde - Professor Assistente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS e Mestre em Ciências Contábeis pela UNB

Wânia Rosymaria Simões – Acadêmica do 5º ano do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Marcelo Barbaça Salvione – Acadêmico do 2º ano do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

SUMÁRIO

RESUMO

1. INTRODUÇÃO

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Histórico do Desenvolvimento Sustentável

2.2. Desenvolvimento Sustentável e o Ambiente Empresarial

2.3. Valoração Econômica do Meio Ambiente e Sua Contabilização

2.4. Ativos e Passivos Ambientais

2.5. Custos e Despesas Ambientais

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1. A Entidade e o Seu Papel Social

3.2. Resultados da Pesquisa

3.2.1. Trabalho realizado pela ECONG

3.2.2. Parcerias com a Administração Pública

3.2.3. Cooperativas e Associações do Município

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

RESUMO

Esta pesquisa buscou levantar procedimentos e registros contábeis, além de conhecer o trabalho realizado pela ECONG, no que pode-se constatar a participação da administração pública, associações, cooperativas, etc. em projetos voltados para desenvolvimento sustentável no município de Castilho-SP. O município de Castilho encontra-se na região denominada “mini-pantanal paulista” o qual possui uma grande bacia hidrográfica e um parque estadual. O SEBRAE em parceria com a prefeitura municipal realiza programas de desenvolvimento sustentável com objetivo de promover o desenvolvimento do turismo associado ao fortalecimento da economia local. A ECONG é uma ONG de defesa ao meio ambiente, do patrimônio cultural de Castilho e região com finalidade desenvolver a cidadania através da educação ambiental. A contabilidade procura através de seu sistema de informações, e em especial a contabilidade ambiental com a utilização das contas ambientais (ativos e passivos), descrever a prática e evidenciar o resultado dos eventos econômicos, bem como a conscientização social da comunidade organizada na preservação do meio ambiente. Destarte, este artigo apresenta o esforço de transformação social, dando ênfase para a elaboração de políticas públicas que agregam valor e proporcionem a sustentabilidade na comunidade local.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento sustentável, educação ambiental, políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade reconhece a importância do meio ambiente para o seu bem estar e o considera como fator do desenvolvimento econômico, uma vez que este pode ser observado como uma necessidade humana. Desta forma, a exploração sustentável do meio ambiente, constitui-se uma maneira de garantir o desenvolvimento econômico do país e a sobrevivência das gerações vindouras.

Dentre as mais diversas questões vividas pela a humanidade, as questões ambientais têm despertado preocupações, tanto no âmbito mundial quanto regional, o Brasil participa ativamente desse processo, devido a sua grande extensão territorial, a diversidade de sua fauna e flora que reflete na capacidade de gerar riqueza.

Assim, a valoração ambiental deve ser observada pelo setor privado como um meio de interligação com um mercado cada vez mais exigente e pelo setor público onde os estudos desenvolvidos, demonstram o seu potencial como instrumento de gestão ambiental e *marketing* social.

A questão investigada nesta pesquisa diz respeito ao modelo de gestão utilizado pela ECONG¹, no desenvolvimento de programas de sustentabilidade implementados no município de Castilho-SP, seus efeitos financeiros e econômicos e os reflexos na qualidade de vida da população.

Assim, esta pesquisa teve por objetivos: observar o trabalho desenvolvido pela ECONG, junto à comunidade de Castilho-SP; além de identificar a participação da administração pública, associações, cooperativas em projetos ligados ao desenvolvimento sustentável; Evidenciar os procedimentos e registros contábeis da ECONG; integração das contas ambientais com ênfase nos ativos e passivos naturais.

Para tanto, este estudo caracteriza-se como empírico-analítico, o qual busca evidenciar as técnicas e procedimentos, contábil-administrativo bem como o trabalho realizado pela ECONG, que atua na implantação políticas de desenvolvimento sustentável nos municípios da região noroeste paulista.

O desenvolvimento econômico, trás consigo, de forma implícita, a destruição da natureza e vários são os fatores que levam a devastação e a exaustão do produto natural. A sustentabilidade vem demonstrar um desenvolvimento em parceria com a preservação do meio ambiente ao desenvolver comunidades, atender as necessidades sem comprometer as gerações futuras e melhorar a qualidade de vida sem degradar a natureza.

O terceiro setor em parceria com a administração pública torna-se um importante aliado na manutenção de uma sociedade organizada, por meio do uso de suas potencialidades na solução de problemas. Assim, essa pesquisa buscou fundamentação teórica e prática a fim de contribuir com empresas privadas e públicas no processo de implantação da sustentabilidade, além de evidenciar as ações desenvolvidas pela ECONG e o papel da contabilidade como instrumento de suporte no planejamento execução e controle das riquezas ambientais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Histórico do Desenvolvimento Sustentável

A revolução industrial propiciou um avanço tecnológico e uma verdadeira revolução social, correspondendo à passagem do uso das ferramentas às máquinas, da energia humana à motriz, do sistema doméstico ao fabril, ou seja, trouxe a evolução do artesanato para a indústria. Neste período, a industrialização traz conseqüências como êxodo rural e provoca uma transformação da estrutura agrária, onde a mão de obra rural desloca-se para as cidades,

¹ ECONG - Organização não Governamental de Defesa ao Meio Ambiente do Patrimônio Cultural de Castilho e Região.

criando concentrações urbanas, o que amplia a população consumidora e proporciona um aumento na exploração dos recursos naturais, no qual, vale ressaltar que em nenhum momento o meio ambiente é colocado em pauta.

Na mesma época surge um movimento denominado “ludita”, que pregava o trabalho artesanal e quebrava as máquinas por acreditar que a revolução industrial viria a diminuir o trabalho executado pelo homem. Teoria essa que viria de encontro com a idéia de sustentabilidade, o qual gera trabalho para a população em seu próprio ambiente, diminui o êxodo rural e a procura de emprego nos grandes centros.

Adam Smith *apud* ARRUDA (1986 p.117) defende a teoria onde o trabalho era considerado verdadeira fonte de riqueza, não a agricultura ou o comércio, conforme pregavam os fisiocratas e os mercantilistas. O trabalho completamente livre, sem intervenções, guiado espontaneamente pela natureza, criaria toda a riqueza.

No Brasil, pode-se levantar considerações quanto a sustentabilidade desde o início da colonização, onde se depara com desbravadores cujos objetivos eram explorar as riquezas oferecidas no território, o qual foi marcado, a princípio pela extração do pau-brasil, seguida pelas jazidas de ouro e pedras preciosas, além da devastação de florestas inteiras para o plantio de cana-de-açúcar e café. Com isto, criou-se uma cultura da extração sem a devida reposição, ao considerar o espaço territorial que se imaginava inexaurível.

Durante este período, o Brasil passou por uma fase de utilização de recursos naturais, sem qualquer preocupação com sua exaustão ou escassez. Com o desenvolvimento econômico sem o devido planejamento, dá início a um crescimento desordenado nas cidades, o que gera devastação ambiental e prejudica ainda mais os recursos hídricos, ampliando o campo de destruição.

2.2. Desenvolvimento Sustentável e o Ambiente Empresarial

Através do desenvolvimento sustentável, surge a possibilidade de interação entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente, o que possibilita o atendimento das necessidades básicas do ser humano sem agredir a natureza, com isso aumenta a qualidade de vida e propicia a conscientização e a melhoria na capacidade de produção.

Assim, a idéia básica de sustentabilidade depende da implementação de programas voltados para a redução e gerenciamento da pobreza de forma sustentável, a qual deve possuir cunho social, considerar a economia local, a demografia, os recursos naturais e a comunidade. Para tanto, faz-se necessário que os programas sejam preventivos e não corretivos, a fim evitar a implantação de ações e medidas punitivas.

Apesar da escassez de recursos, há, junto à classe empresarial privada um número significativo de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, o que revela um volume de recursos econômicos aplicados em programas ambientais.

Ao considerar a empresa como sistema aberto, que interage com o ambiente próximo e o remoto, no qual CATELLI (2001, p. 40), destaca que, “os resultados econômicos da empresa determinam suas condições de continuidade, refletindo seus níveis de eficácia, que se referem ao cumprimento de sua missão”, isso confirma a necessidade do intercâmbio entre a empresa e o meio em que está inserida, onde esta procura desenvolver seu papel econômico, social e ambiental além de trazer o retorno esperado pela sociedade.

No ambiente remoto a empresa, encontra as entidades (associações, governos etc.) que tem a responsabilidade de criar regras, fiscalizar e determinar variáveis para a atuação das empresas, dentre as quais pode-se citar, as variáveis ecológicas que restringem a exploração, exigem um comprometimento da empresa com a reposição.

No ambiente próximo da empresa, existem entidades, como comunidade, clientes, fornecedores, concorrentes que procuram de alguma forma cobrar das empresas atitudes que representem a melhoria na da qualidade de vida da população.

2.3. Valoração Econômica do Meio Ambiente e Sua Contabilização

Dentre as características, básicas da estrutura dos ecossistemas, não há nenhuma fórmula pré-estabelecida que promova a mudança das condições ecológicas de uma região, sendo necessário realizar um trabalho gradativo e sucessivo, porque as características deste universo não são uniformes, devido aos diferentes níveis de escalas, importância e diversidade ecológica. Neste contexto, pode-se dizer que, as políticas públicas representam apenas uma fase do sistema e possuem probabilidade de conter falhas, o que torna necessária a análise completa e minuciosa da área a ser implantada a sustentabilidade.

A mensuração da renda per capita da população economicamente sustentável e da área onde serão extraídos recursos é fundamental para determinação da capacidade de sustentar sem redução, o que propiciará a sustentabilidade das gerações futuras. Portanto, deve existir o compromisso em criar fontes de reposição com o devido cuidado, para que essas não alterem as características ambientais de origem, com a mudança paisagística ou criação de espécies diferentes das apresentadas pela natureza, o que pode desestruturar o ecossistema.

Begossi *apud* CAVALCANTI (1997, p.64) aponta a ausência de estudos que apresentem resultados detalhados sobre a biodiversidade e suas alterações em relação ao meio ambiente e aos problemas enfrentados pela sustentabilidade. Assim, pode-se questionar sobre a veracidade das informações contidas e a metodologia utilizada para elaboração de relatórios como o EIA - Estudo de Impacto Ambiental e o RIMA - Relatório de Impacto do Meio Ambiente².

Portanto, torna-se necessário que as entidades dêem apoio econômico e financeiro além de enfatizar os estudos desenvolvidos pelas universidades e proporcionar aos pesquisadores liberdade na realização de pesquisas.

CAVALCANTI (1997, p.106 -107), destaca que o processo de desenvolvimento sustentável busca através da análise da realidade local, implementar programas de sustentabilidade e a mensuração dos fatores econômicos e financeiros que possam prever a capacidade de sustentar e propiciar a continuidade das gerações futuras. Deste modo, as entidades como universidades, ONGs, e associações desempenha papel primordial no processo de implementação, desenvolvimento, execução, controle e avaliação, tanto no âmbito local como regional.

A reavaliação das políticas e um alargamento do uso de indicadores sociais, econômicos e financeiros, associadas ao uso de indicativos ambientais propiciam, a visão mais abrangente, sob o aspecto financeiro, ambiental e social.

A difícil tarefa de contabilizar o desenvolvimento sustentável ocorre devido ao fato do processo ser renovador e constante, que parte de algo mensurado financeiramente no momento inicial, porém os valores econômicos atribuídos à natureza não representam seus valores integrais, porque a natureza também tem um rol de valores sociais, culturais, biológicos, estéticos, além de não valores.

Segundo Sheng *apud* CAVALCANTI (1997, p.174), valores sociais incorporados ao ambiente devem ser respeitados e expressos através de informações sociais e ambientais, em termos quantitativos e qualitativos, contrários aos termos monetários, no qual a medida deve incluir a natureza e as relações entre o homem e o meio em que vive.

Nas empresas a contabilização dos gastos se dá com a aquisição meios através de sacrifícios (desembolso) na entrega ou promessa de entrega de ativo devido o fato de saber o que será consumido, assim, tem-se o custo gerado para obtenção de receitas. Já os sacrifícios realizados no desenvolvimento sustentável relativo a manutenção do meio ambiente serão contabilizados na sua própria realização, porque são atitudes preventivas que irão manter o processo de continuidade.

² O EIA é solicitado por empreendedores tanto do poder público como de empresas privadas. O RIMA apresenta um planejamento de logística em implementação, a ser desenvolvido com menor impacto ambiental.

Assim, do ponto de vista contábil a empresa trará consigo todo o aparato para funcionamento, seu ativo imobilizado, os recursos para iniciar ou continuar seu processo produtivo. Na sustentabilidade a contabilização não será diferente, onde há necessidade de mensurar o potencial a ser trabalhado e quem utilizará os processos direta ou indiretamente.

2.4. Ativos e Passivos Ambientais

SÁ (1995, p.33), ao tratar dos ativos afirma que estes representam os investimentos ou aplicações do patrimônio, que correspondem aos bens e direitos da entidade. Os elementos inseridos neste grupo são classificados de acordo com sua liquidez, isto é, em termos de ativo estarão apresentados de acordo com o grau de possibilidade de serem convertidos em dinheiro mais rapidamente. Nas contas do ativo compreendem os bens e direitos expressos em moeda imediata (caixa e bancos), além dos créditos provenientes das transações que a empresa venha a efetuar (títulos a receber, clientes). Para continuidade do processo a entidade ainda terá equipamentos, máquinas e todos os demais bens necessários para manter a produção.

Já o passivo SÁ (1995, p.347) ressalta que, representa as fontes ou proveniências dos valores que se acham espelhados no Ativo, as obrigatoriedades de contas a pagar, as quantias que a entidade deve a terceiros, pela aquisição de bens, pela geração de impostos, pelas despesas com funcionários.

Para RIBEIRO (1999, p.3) Em termos estruturais, pode-se dizer sobre o balanço, que os recursos ambientais estarão presentes em todos os grupos, tanto do ativo quanto do passivo. Como ativo circulante estariam classificadas todas as contas ambientais disponíveis, para seu consumo imediato, ou seja, as matas, os rios, o solo e toda a biodiversidade existente.

Ainda segundo RIBEIRO(1999, p.3-4) encontra-se em ativo realizável a longo prazo os recursos ativados que não oferecem possibilidade de serem utilizados no momento imediato, tais como florestas em reflorestamento, projetos de reprodução em cativeiro, para devolução ao sistema ambiental. No ativo permanente (imobilizado), estão inseridos os bens ou recursos em utilização, a manutenção dos projetos de sustentabilidade, de proteção, controle, preservação, criação e todos os itens que não estão relacionados com a atividade operacional, mas que vêm apoiar a manutenção dos ciclos no papel de continuidade ou ciclos sucessivos.

Por se tratarem de recursos naturais, aliados a figura da sustentabilidade, a conta redutora de ativo imobilizado exaustão não deverá ser utilizada, pois seria ato contraditório a filosofia que a sustentabilidade proveniente de recursos naturais prega, pois a exaustão prevê o consumo total do bem ativado, onde será exaurido o valor constante em contas de recursos ambientais. Para IDICIBUS *et alli* (2000. p.197) “A exaustão objetiva distribuir os custos dos recursos naturais, durante o período em que tais recursos são extraídos ou exauridos”.

Deste modo, o critério de depreciação dos bens ativados é a fórmula que melhor trata a questão do consumo dos meios ambientais, porque apesar de retirar parcelas dos valores ativados, novos valores estarão sendo agregados ou constantemente reavaliados, uma vez que deve estar intensamente preocupado com projetos de reposição dos meios consumidos, tais projetos devem manter esforços contínuos para a educação e manutenção de meio ambiente.

Nesse momento cabe demonstrar a necessidade do ativo permanente (diferido), que na opinião CARVALHO (2000, p 5) toda entidade ao desenvolver alguma atividade relacionada à utilização dos recursos naturais, deverá conhecer os efeitos que trará para o meio ambiente no qual está inserida, onde constará a necessidade de estudos de impacto ambiental ou projetos de pesquisa e viabilidade, que gera a ativação destes gastos pré-operacionais. Tal fato deverá ser uma obrigatoriedade para as empresas que iniciam suas atividades com a extração de recursos naturais, porque somente desta forma a sociedade poderá visualizar a atuação da administração junto ao ambiente próximo e remoto.

O passivo circulante definido por MARTINS (1995, p.8-9), deverá conter as obrigações ambientais relativas as parcelas consumidas dos recursos naturais, no qual sabe-se

que os recursos naturais não têm custo de aquisição, porém deve-se efetivar obrigações para cada consumo destes recursos, sempre com a visão de compensar algo que foi retirado. Estão contidas também todas as obrigações que ocorrem pelo não cumprimento de normas ambientais, tais como multas para efeito de compensação.

RIBEIRO (1999, p.4), no passivo exigível a longo prazo, deverão ser adicionadas todas as obrigações com a manutenção dos recursos naturais, bem como a reposição dos meios naturais, e as compensações que deverão ser efetuadas, através de multas ou indenizações, devido a agressões das atividades empresariais ao meio ambiente e as comunidades inseridas nele por um período maior que o exercício social.

O resultado da equação patrimonial, ou patrimônio líquido, evidenciará as contas contingenciais para reposição futura dos recursos naturais a serem utilizados, devido a grande probabilidade de ocorrência de perdas patrimoniais provocadas por eventos de natureza ambiental.

2.5. Custos e Despesas Ambientais

Os custos e despesas ambientais fazem parte dos elementos de resultados, onde a depreciação pode ser considerada custo indireto de fabricação e a exaustão como custo direto, onde os ativos exauridos devem ser deduzidos dos valores ativados, segundo SÁ (1995, p.203), tal dedução é uma compulsoriedade legal, que na doutrina contábil é duvidosa ao referir a lucros acumulados para reintegrarem inversões em jazidas ou recursos naturais e, muito ao contrário de serem reduções, são acréscimos efetivos do patrimônio líquido. Ao tratar dos recursos naturais, tais custos devem ser inseridos no valor final dos produtos, como custo de mercadorias, ao passo que se gera a obrigatoriedade de fazer a compensação automática dos recursos utilizados.

Já as despesas são classificadas por ROCHA (2003, p.03) como, investimentos de duração limitada, e serão alocadas de acordo com sua utilização, pois dentro de um processo produtivo teremos despesas operacionais, relacionadas às atividades administrativas, bem como as despesas relacionadas aos processos produtivos, e neste amplo leque de opções que a sustentabilidade nos fornece, deverão ser apreciadas todas as contas de despesas, e verificar quais estão relacionadas as atividades que tem por finalidade a manutenção de mecanismos voltados ao processo de reposição, objetivado pela continuidade dos ciclos ambientais, porém com a correta cautela de separar, as despesas que se preocupam com *marketing* e a verdadeira finalidade de uma empresa voltada a filosofia da sustentabilidade, ao apresentar relatórios confiáveis e que demonstrem as verdadeiras políticas desenvolvidas.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo é produto de uma pesquisa de campo, o qual valeu-se do método de pesquisa empírico-analítico, o qual de acordo com MARTINS (1994, p.26), “são abordagens que representam em comum a utilização de técnica de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativos”.

A entidade pesquisada foi ECONG a qual encontra-se no Município de Castilho, que está situado a Noroeste do Estado de São Paulo.

A escolha da entidade para realização do estudo procedeu de forma intencional. Para a obtenção das informações de cunho social, ambiental, financeiro e econômico, o grupo de pesquisa valeu-se de técnicas de entrevistas e pesquisa documental, o qual GIL (1999, p. 66) define como pesquisa documental a técnica que se vale de materiais ainda não explorados analiticamente, ou que ainda podem ser reestruturados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Os dados foram coletados no período de 05 a 25 de fevereiro do ano de 2003 e contou com uma equipe composta por 03 (três) pesquisadores, o qual buscou verificar através de

documentos e entrevistas junto aos gestores da ECONG as informações relacionadas as atividades desenvolvidas na região, onde a entidade pesquisada atua a três anos, e representa oito cidades nos estados de São Paulo e uma em Mato Grosso do Sul.

3.1. A Entidade e o Seu Papel Social

A sociedade tem consciência sobre o futuro econômico e social de seus integrantes, portanto, necessita criar organismos sérios que defendam projetos sustentáveis. Desta forma, não é interessante que tais projetos, fiquem somente a cargo do setor público, assim, deve buscar na iniciativa privada e na sociedade como um todo elementos e instituições dispostos em contribuir com a realização de projetos voltados para o desenvolvimento.

O trabalho da ECONG é abrangente, e vai desde uma denúncia de atividades e crimes contra o meio ambiente, até a aplicação em projetos de educação ambiental, através das escolas, associações de moradores, entidades organizadas da sociedade civil, etc... Sua atuação se dá em conjunto com as outras entidades organizadas do município, o qual respeita sua autonomia e características ideológicas e procura obter o máximo de sinergia positiva para na resolução de problemas ambientais.

Atualmente, existe uma euforia em torno da implantação da sustentabilidade, visto que, esta pode gerar empregos, reparar problemas e reforçar a economia, entretanto, se esta não ocorrer de maneira ordenada, fiscalizada e discutida, pode levar a degradação do sistema ecológico.

O município de Castilho-SP iniciou o programa de desenvolvimento do turismo local e a ECONG lançou um projeto de conscientização do turista e população em relação à conservação e preservação ambiental.

Assim, o objetivo da ECONG, é desenvolver a educação ambiental sob todas as formas e contribuir para a prática de atitudes ecologicamente corretas e responsáveis, além de defender o patrimônio histórico e cultural. Sua atuação abrange ainda, programas científicos de caráter preservacionista como a recuperação de fauna e flora regional onde apóia instituições congêneres que promovam atividades de auto-sustentação.

Em atividade há três anos, a ECONG representa oito cidades nos estados de São Paulo e uma em Mato Grosso do Sul: Castilho, Nova Independência, Monte Castelo, Guaraçaí, Andradina, Itapura, Ilha Solteira. e Três Lagoas. Desde a sua fundação até a realização desta pesquisa a organização fez junto ao Ministério Público uma série de denúncias, tais como: o garimpo irregular no rio Paraná, loteamentos clandestinos e deposição de lixo em áreas de preservação permanente por condomínios do lago Jupia.

Hoje, a população reconhece o importante trabalho desempenhado pela ECONG no município de Castilho-SP, principalmente em relação à educação e conscientização da população urbana e rural, onde pode observar a participação da administração pública no desenvolvimento de programas voltados a preservação e educação ambiental.

3.2. Resultados da Pesquisa

Para melhor compreensão da pesquisa os resultados foram agrupados em três etapas, onde a primeira ressalta o trabalho de educação e conscientização ambiental que a ECONG realizou junto aos municípios de sua competência e em especial Castilho-SP no período compreendido entre 1999 e 2002.

Na Segunda etapa são evidenciadas as parcerias da ECONG, no qual cabe destacar o importante papel desempenhado pela prefeitura municipal e SEBRAE na implantação e acompanhamento de programas e projetos sócio-ambientais.

Ao finalizar a pesquisa, são apresentadas as cooperativas e associações criadas com o objetivo de promover a sustentabilidade na região, bem como o trabalho desenvolvido por

elas em parceria com a ECONG. Em seguida são apresentadas as considerações finais, no qual os pesquisadores apontam a ausência de um controle contábil atuante na entidade.

3.2.1. O trabalho realizado pela ECONG

A entidade deu início as suas atividades em novembro de 1999 quando um grupo de pessoas interessadas na preservação ambiental do município de Castilho–SP cria a ECONG, naquele ano sua atuação é modesta, no entanto, surgem as primeiras denúncias sobre alterações arquitetônicas em prédios históricos do município e realiza o plantio de 300 árvores na cidade.

Em 2000, a ECONG procurou desenvolver estudos sobre os problemas regionais, dando ênfase para as agressões ambientais e problemas sociais, no qual procurou atuar junto à comunidade com programas de educação e preservação ambiental e ao legislativo municipal com o intuito de questionar e auxiliar na atualização da legislação vigente. Assim, pode-se destacar alguns programas, palestras e projetos desenvolvidos naquele período: dia mundial da água, desenvolvimento econômico e preservação ambiental: parceiros ou adversários?.

No início 2001 a ECONG denuncia e divulga a ausência de infra-estrutura turística no município associada à falta de um estudo prévio para implantação do turismo sustentável, no qual, deixa clara a necessidade de criar um fórum distrital, a fim de gerar discussões e facilitar o trâmite dos processos além de auxiliar na fiscalização das riquezas naturais.

Posteriormente, e em parceria com a prefeitura municipal, a entidade desenvolve curso de educação ambiental para professores da rede pública municipal e realiza a palestra defesa do meio ambiente - uma ação de cidadania, com intuito de desenvolver o eco-turismo. Ainda com a parceria da prefeitura e polícia florestal a entidade lança o dia mundial do meio ambiente, onde procura conscientizar a população urbana e rural sobre a necessidade de conservação da natureza.

Dentre os principais trabalhos realizados pela ECONG em 2001 pode-se destacar: as denúncias sobre degradação ambiental e a questão lixo do jupia park, a agressão ao parque estadual do aguapeí com caça e pesca predatória e destruição de mata ciliar, a conferência sobre turismo sustentável e meio ambiente, a comemoração do dia da árvore com o plantio de 3000 mudas nativas, o projeto agente jovem e o estudo sobre o mini pantanal paulista que demonstra a biodiversidade da região.

No ano de 2002, os trabalhos seguem o mesmo ritmo, onde a ECONG promove vários cursos de capacitação ambiental dando ênfase para turismo rural, ecológico e sustentável, desenvolve reuniões com entidades civis organizadas do município e realiza a conferência sobre meio ambiente e o turismo sustentável, onde a entidade aponta a CESP - Companhia Energética de São Paulo como principal responsável pelo assoreamento do rio Paraná e depredação da mata ciliar.

Neste mesmo ano estuda o projeto de implantação do curso universitário de gestão ambiental em parceria com prefeitura e UNILINS. Estende-se sua área de atuação com a inserção do município de Andradina–SP, cria o programa de agentes ecológicos municipais e desenvolve um protesto contra Ajinomoto durante comemoração do dia mundial da água, a empresa pretendia construir canal de 23km para despejar detritos no rio Aguapeí.

3.2.2. Parcerias com a Administração Pública

A administração pública tem utilizado a parceria com a ECONG, para o desenvolvimento de trabalhos voltados a sociedade, no qual pode-se destacar o programa agente jovem, implantado pelo governo federal e sob responsabilidade da ECONG, que conta com o auxílio da administração pública municipal para a sua manutenção e continuidade. O departamento de educação municipal e a ECONG desenvolvem cursos de educação ambiental

destinados a professores da rede pública, a fim de conscientizar a sociedade quanto ao uso dos recursos naturais.

O trabalho do departamento de desenvolvimento econômico e social da prefeitura municipal, objetiva a agregação valores a produção além facilitar a compra de insumos e equipamentos agrícolas necessários ao desempenho das cooperativas e associações, no qual, procura ainda oferecer cursos de capacitação para industrialização e comercialização de derivados do leite.

O SEBRAE em conjunto com a administração pública desenvolve o trabalho de implantação da sustentabilidade através do projeto DLIS – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, cria um fórum de debates com a população e lança a idéia para elaboração de um plano diretor que determine as atividades a serem desenvolvidas na região. A primeira etapa deste projeto atinge a agropecuária, em seguida turismo e meio ambiente, finalizando com saúde e educação. Através deste ciclo de debates levanta os principais pontos positivos e negativos ao desenvolvimento econômico e ambiental do município e realiza estudo técnico para efetivar a sustentabilidade. Concomitante, ao DLIS são oferecidos cursos de capacitação rural, apicultura e capacitação para produtores rurais, o qual procura divulgar e esclarecer a classe sobre o processo de gestão enfatizando técnicas de contabilização, planejamento rural.

O trabalho de implantação de projetos econômicos vem de encontro com as necessidades da população, porém, seus objetivos devem ser atingidos a longo prazo.

3.2.3. Cooperativas e Associações do Município

No município foram criadas com apoio da administração pública, associações de assentados e de pequenos produtores rurais, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social, no qual destaca-se: associação nova esperança dos produtores rurais da fazenda primavera, associação 24 de outubro dos produtores rurais do projeto rio Paraná, associação dos pequenos agricultores do projeto agrícola de jupia, associação dos produtores rurais de Castilho-SP, associação ações unidas do assentamento anhumas, associação dos produtores rurais nova aliança da fazenda timboré. A administração pública apóia e subvenciona as atividades na manutenção de equipamentos, despesas de energia, telefone, funcionários e na manutenção da unidade, etc..., além de, promover cursos para capacitação dos associados.

Essas associações promovem o desenvolvimento econômico e social dos assentados, conseguem equipamentos, insumos agrícolas, e oferece cursos de alfabetização para adultos, ensino fundamental para crianças, além de capacitação em várias áreas, inclusive educação ambiental junto com a ECONG.

A associação dos pescadores profissionais, constituída por mais de 40 associados, sendo uma importante aliada da ECONG na defesa dos rios e conscientização dos pescadores, onde desenvolve atividades tais como, campanhas da piracema e não utilização de malhas finas para pesca de rede.

A cooperativa de leite dinamizou a produção de gado leiteiro e trouxe resultados financeiros para os produtores rurais, o que propiciou um acréscimo no valor de venda, principalmente depois dos conhecimentos adquiridos nos cursos realizados pelo SEBRAE junto aos associados das cooperativas, onde estes adquiriram conhecimentos sobre organização social, custos de produção, comercialização e administração rural. Através do SAI - Sistema Agroindustrial Integrado, programa desenvolvido pelo SEBRAE junto aos produtores rurais com intenção de fornecer assessoria técnica, administrativa, gerencial e mercadológica a fim de aumentar a produtividade, melhorar a gestão dos negócios, e gerar empregos.

As associações de bairros desenvolvem um importante papel no desenvolvimento de uma política de conscientização da população e atuam como parceiras da ECONG na realização de trabalhos sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado em Castilho–SP pela ECONG com o intuito de auxiliar a parcela da população que utiliza o processo de extração do meio ambiente para o sustento, é o início de uma longa jornada, visto que, a luta para manter o meio ambiente intacto já deixou de existir, uma vez que as lacunas sociais não preenchidas pelo estado abrem acesso para a população procurar meios de apropriar de locais com abundância de recursos.

A má administração do aspecto social faz com que alguns ganhem muito, enquanto todos perdem. Neste sentido, surgem as cooperativas que vêm minimizar alguns problemas e exercer um intercâmbio entre os produtores e os fornecedores, ao reduzir preços e aumentar prazos de pagamentos, além de buscar desenvolver trabalhos de pesquisa a fim de aumentar o lucro com um menor impacto ambiental.

Contabilizar os prejuízos das indiferenças junto aos recursos naturais e iniciar um processo de conscientização social é um trabalho que pode mudar o conceito de desenvolvimento econômico, e significar o fim da destruição sem reposição dos estoques naturais.

Um dos maiores problemas encontrado hoje na sustentabilidade é a ausência de escrituração contábil formal, o que gera informações distorcidas da realidade vivenciada pelas empresas em relação aos efeitos causados pelas agressões contra o meio ambiente e leva a uma inobservância de prejuízos irrecuperáveis.

Assim, com um maior controle contábil para mensuração dos custos gerados pela produção da empresa pode se chegar ao resultado ótimo da sustentabilidade que forma um instrumento de planejamento, execução e controle para a melhor gestão de seu patrimônio.

A sustentabilidade hoje é uma teoria desenvolvida através de estudos sem um embasamento prático. O que encontramos durante esta pesquisa foi uma sustentabilidade implantada com o intuito de resolver um problema social em detrimento da preocupação específica com o meio ambiente. Os trabalhos são desenvolvidos com base no “achismo” e não com a atenção necessária à pesquisa, o que pode provocar alterações na natureza.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *O Capital Social dos Territórios: Repensando o Desenvolvimento Rural*. FEA/USP, 2000. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/artigos>>, Acesso em fev./2003.
- ARRUDA, J.J.de A.A. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Ed.Ática. 19^a. ed., 1986.
- CARVALHO, L. N.; RIBERIO, M. de S. *A posição das Instituições Financeiras Frente ao Problema das Agressões Ecológicas*. In: IX Semana de Contabilidade do Banco Central do Brasil, FEA/USP – São Paulo, 2000.
- CARVALHO, L. N. *Contabilidade & Ecologia: Uma Exigência que se Impõe*, Revista Brasileira de Contabilidade, nº 75, ano XX, abr./jun, p. 20-25, 1993.
- CATELLI, A. (Coord.). *Controladoria: Uma abordagem da Gestão Econômica-GECON*. São Paulo: Ed.Atlas. 2^a. ed., 2001.
- CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Ed. Cortez. 1^a. ed., 1997.
- FRANCO, A. de. *Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. 1999 Conservação de Energia*. Editora da EFEI, 2001.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Ed. Atlas, 5^a ed. 1999.
- ILDICIUS, S. et al. *Manual das Sociedades por Ações*. São Paulo: Ed. Atlas, 5^a ed. 2000.

- KON, A. *Desenvolvimento Regional e Trabalho no Brasil*. São Paulo: ABET, 1998.
- LISBOA, L. P.; RIBEIRO, M. de S. *Balanço Social*. Revista Brasileira de Contabilidade, nº 115, ano XXVIII, jan./fev., p. 72-81, 1999.
- MARTINS, E.; RIBEIRO, M. de S. *Ações das Empresas para Preservação do Meio Ambiente*. ABRASCA Associação Brasileira de Companhias Abertas, Boletim 415, p.3-4, 1998. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/artigos>, Acesso em fev./2003.
- MARTINS, E.; RIBEIRO, M. de S. *A Informação como Instrumento de Contribuição da Contabilidade para a Compatibilização do Desenvolvimento Econômico e a Preservação do Meio Ambiente*, Boletim do IBRACON nº 208, ano XVII, set., p. 1-7, 1995.
- MARTINS, G. de A. *Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações*. São Paulo: Ed. Atlas, 2ª. ed., 1994.
- MEPF, INCRA, MA E SDR. *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural*. Brasília, 1999.
- RIBEIRO, M. de S. *Balanço Social: Instrumento de Divulgação da Interação da Empresa com a Sociedade*, anais do 23º ENAPAD/99 – Encontro Nacional da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, realizado em Foz do Iguaçu, de 19 a 22 de setembro de 1999.
- RIBEIRO, M. de S. *Contabilidade e Meio Ambiente*, Dissertação de Mestrado, FEA/USP, 1993.
- RIBEIRO, M. de S. *Custeio das Atividades de Natureza Ambiental*, Tese de Doutorado, FEA/USP, 1998.
- RIBEIRO, M. de S.; MARTINS, E. *Desenvolvimento Econômico Sustentado*. Revista Interamericana de Contabilidade nº 60, oct./dic., p-31-40, 1995.
- ROCHA, W.; RIBEIRO, M. de R. *Gestão Estratégica dos Custos Ambientais*. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/artigos>, Acesso em fev./2003.
- SÁ, A. L de; SÁ, A.M L de. *Dicionário de Contabilidade*. São Paulo: Ed. Atlas. 9ª.ed, 1995.